

**O CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE
JANEIRO, A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DA GUANABARA E O CONSELHO
SUPERIOR DAS CLASSES PRODUTORAS:
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CAPTAÇÃO DE
RECURSOS FINANCEIROS**

**THE CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE
JANEIRO, THE FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DA GUANABARA, AND THE
CONSELHO SUPERIOR DAS CLASSES
PRODUTORAS DO RIO DE JANEIRO: POLITICAL
ORGANIZATION AND CAPTURE OF FINANCIAL
RESOURCES**

ANTÔNIO DANIEL CORREIA DE ARAÚJO*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo demonstrar uma das formas de cooptação de recursos da entidade subversiva Conselho Superior das Classes Produtoras, bem como escrutinar a ação política que ocorria entre o Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) e a Federação das Indústrias da Guanabara (FIEGA) com o Conselho Superior das Classes Produtoras entre os anos de 1960 e 1964. A partir do referencial teórico de Antonio Gramsci, entendemos que essas entidades constituem-se como aparelhos privados de hegemonia e os seus integrantes, como a elite orgânica da classe. Para entendermos a ação

* Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social pela mesma universidade. Membro do Grupo de Estudos René Dreifuss.

política propagada pelos membros do CIRJ e da FIEGA durante a década de 1960 remontamos as suas trajetórias, uma que inicia-se no período imperial e, a outra, na era Vargas.

Palavras-Chave: Conselho Superior das Classes Produtoras; organização política; captação de recursos financeiros.

Abstract: This work aims to demonstrate one of the various forms of capture resources by the coup-led entity, the Superior Conselho Superior das Classes Produtoras, as well as scrutinize the political actions that unfolded between the Centro Industrial do Rio de Janeiro and the Federação das Indústrias do Estado da Guanabara with the Conselho Superior das Classes Produtoras from 1960 to 1964. Drawing upon the theoretical framework introduced by Antonio Gramsci, we comprehend that these entities establish themselves as private apparatuses of hegemony, with their members constituting the organic elite of the class. To grasp the political actions advocated by members of CIRJ and FIEGA during the 1960s, we trace their trajectories, one dating back to the Empire and the other to the Vargas era.

Key-Word: Conselho Superior das Classes Produtoras; political organization; capture financial resources.

Introdução

Durante a década de 1950, o Brasil passou por um rápido crescimento industrial que possibilitou ao empresariado multinacional e associado uma acumulação de capital que, contudo, não foi capaz de reverter-se em ganhos políticos. Durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1960), os grupos de pressão política multiplicaram-se e para além disto, foram concebidos organismos que visavam combater o extremismo e os políticos, estes chamados pela fração de classe industrial analisada neste artigo de “populistas”¹ e “demagógicos”.

O cientista político René Dreifuss nos explica em *1964: A conquista do Estado* (1981) que, entre os anos de 1950 até 1960, a concentração de capital ocorreu através da “crescente concentração econômica e centralização de capital com a predominância de grandes unidades industriais e financeiras integradas [por meio de] um processo de controle oligopolista do mercado”.² A criação de órgãos como a Associação Brasileira de Máquinas e Motores, Associação de Máquinas e Veículos e Autopartes, Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Indústrias Básicas, dentre outras, possibilitou aos empresários industriais um maior entrosamento com o executivo nacional,

¹ Sobre populismo ver: DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. *Revista Mundos do Trabalho*. vol. 4, n.8, p. 204-229, julho-dezembro de 2012. IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3e. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

² DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 49.

proporcionando a estes grupos um aumento de diálogo, podendo, assim, coordenarem o rumo de desenvolvimento industrial pleiteado, o qual era capitaneado pelo capital multinacional e associado.

Outros grupos foram criados nos finais da década de 1950 e início da década de 1960 e destacam-se pelas atividades políticas e subversivas em nome da “livre iniciativa” e da “democracia”: o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961, Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), concebido em 1959 e, por fim, o Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP), também do ano de 1959.

Com a renúncia da presidência de Jânio Quadros em 1961, assume o posto João Goulart sob o regime parlamentar (1961-1964). Durante o seu mandato, a fração de classe industrial da cidade do Rio de Janeiro buscou defender os valores do capitalismo liberal e da livre iniciativa. Capitaneada pelo governador Carlos Lacerda, a cidade serviu como modelo e contraponto às proposições políticas, econômicas e sociais emanadas pelo executivo nacional.

O governo de Lacerda foi marcado por atritos em diversas frentes. A historiadora Marly Motta pontua que o governador, através de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, e também por outros meios, foi responsável por levar para a Assembleia Legislativa do estado da Guanabara uma forte carga de “polarização ideológica”; também impetrou encampação contra a Companhia Telefônica Brasileira (CTB), subsidiária da Light, ato que desagradou muito aos empresários cariocas. Ainda segundo Motta, o governador Lacerda aplicou o dinheiro do Fundo do Trigo³ em estruturas deficientes da cidade, tais como: ampliação do sistema escolar, abastecimento de água e a ordenação do espaço

³ Os acordos do trigo foram uma série de acordos comerciais adotado entre o Brasil e os Estados Unidos da América que datam de 1954 e não sendo renovados até o final da década de 1960. Os acordos previam empréstimos de dólares ao Brasil, parte deste dinheiro deveria ser gasto com a compra de excedentes agrícolas daquele país, sobretudo o trigo. Em alguns acordos a verba poderia ser destinada a suprir obras prioritárias do governo, como no de 1961. Em outros, todo o dinheiro deveria ser gasto com a compra e o transporte dos produtos agrícolas, como o de 1966 Ver: Verbete temático: acordos do trigo. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordos-do-trigo> Dreifuss. op. cit. p, 357. Apud, Bandeira, 1978. p, 429. “Na nota enviada por L. Gordon listando as despesas feitas pela Embaixada com o orçamento do Fundo do Trigo (PL 480), ele se referiu a apenas aos 20% para o custo de representação diplomática de seu país, esquecendo-se dos outros 20% que lhe foram entregues para distribuir como doações a serem feitas de acordo com os seus próprios critérios. L. Gordon também não especificou as despesas que fizera. Classificou como itens genéricos: despesas com médico, viagens, suprimentos e equipamentos diversos, etc. Mesmo assim, deixou claro que entre maio e agosto de 1962, isto é, no auge da campanha eleitoral e no período mais intenso de atividades do IBAD, gastou dois bilhões de cruzeiros com impressões, assinaturas de jornais e periódicos, material de escritório e etc...”.

urbano na Guanabara.⁴ O dinheiro proveniente do Fundo do Trigo foi também usado para a desarticulação do governo de João Goulart.

Neste trabalho temos por objetivo mostrar como se processava o entrosamento entre as atividades civis e corporativas dos empresários da cidade do Rio de Janeiro, representados politicamente no Centro Industrial do Rio de Janeiro e na Federação das Indústrias da Guanabara, com a entidade subversiva CONCLAP entre os anos de 1960 e 1964. Temos por intuito apresentar de que modo os empresários angariavam fundos para atividades subversivas e se organizavam para a pressão e ação política contra o governo de João Goulart durante as eleições presidenciais em 1960. Nossas principais fontes de pesquisa são as atas produzidas pelas entidades entre os respectivos anos. Trabalhamos com três tipos de atas: a da diretoria do Centro Industrial, as atas conjuntas do conselho representante da Federação da Guanabara e deliberativo do Centro Industrial e as atas conjuntas da diretoria do Centro e da Federação.

O presente artigo é dividido em três partes: na primeira parte, resgataremos a criação do CIRJ e da FIEGA, que remonta ao império; na segunda, traremos à tona os motivos de criação do CONCLAP e pretendemos indicar nossa acepção teórica acerca da organização e de seus membros; por fim, exporemos os resultados parciais de nossa pesquisa.

As seguintes perguntas norteiam o texto que se segue: como eram arrecadados fundos para as atividades políticas do CONCLAP? Qual a finalidade do CONCLAP? Para quem eram dirigidos os discursos do CONCLAP? Em quais áreas da política o CONCLAP atuava?

A representação industrial na cidade do Rio de Janeiro

Em 1827, foi fundada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) sob os auspícios do governo imperial, apesar disso, nos estatutos da entidade, era reforçado seu caráter de sociedade agremiativa de homens livres. Seu corpo de associados era composto pela elite política, econômica e profissionais liberais do período. Os objetivos da SAIN eram os de promover melhorias nas áreas da agricultura, manufatura e comércio,

⁴ MOTTA, Marly. **Rio de Janeiro: De cidade-Capital a Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p, 158 até 170.

além de cooperar para a felicidade nacional.⁵ A historiadora Patrícia Barreto destaca que o papel da SAIN era o de “colocar o Brasil a par da era das máquinas, e implantá-las em favor do aproveitamento dos recursos que a natureza lhes fornecia, a fim de promover a prosperidade do país”.⁶

Durante seus anos de existência, a Sociedade operou em diversas áreas e produziu a revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*:

periódico mensal que, na maior parte de sua existência, divulgou novos métodos, técnicas e equipamentos agrícolas, inclusive o uso de máquinas a vapor, emprego de fertilizantes, um melhor aproveitamento do solo e a criação de escolas rurais.⁷

Em 1838, os associados da entidade fomentaram a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; em 1861 e 1866 fizeram a primeira e segunda Exposição Nacional de produtos industrializados que o país produzia. Seus membros também estiveram envolvidos na querela que estabeleceu a Tarifa Alves Branco, em 1844⁸. Posteriormente, com a extinção da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, no ano de 1850, passou a ser um órgão de concessões de privilégios de fábricas e invenções, contudo, o pensamento da entidade era contrário à extinção do referido órgão.⁹

Durante os anos em que se manteve ativa, a SAIN foi responsável por conduzir e arbitrar importante discussão referente as indústrias naturais e artificiais, na qual as primeiras eram defendidas pelo setor ruralista e as segundas englobavam os homens que lidavam com a manufatura no Brasil e o setor de exportação. É desta querela que surge a divisão da SAIN no ano de 1870: “A ‘crise do chapéu’ foi o primeiro movimento

⁵ BELOCH, Israel. FAGUNDES, Laura Reis (coords). **Sistema FIRJAN: a história dos 170 anos de representação industrial no Rio de Janeiro, 1827-1997**. Rio de Janeiro: Memória Brasil Projetos Culturais, 1997. p, CARONE, Edgard. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro (1827-1977)**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978. p, 16.

⁶ BARRETO, Patrícia R. C. Uma associação de homens e ideias para o progresso do Brasil. **Anais do 13º Seminário de Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo, 2012. p, 13 (PDF). Disponível em: https://www.13snhct.sbh.org.br/resources/anais/10/1345070967_ARQUIVO_Cienciaeprogresso.pdf

⁷ BELOCH. FAGUNDES. op. cit. p, 55.

⁸ A Tarifa Alves Branco teve como principal objetivo a proteção alfandegária de produtos produzidos no Brasil, desta forma taxava-se os similares importados em até 60% de seu valor, enquanto para produtos que aqui não se fabricava tiveram sua alíquota aumentada para 30% ad. valorem. A Tarifa levou o nome do então Ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, que atuou no cargo de 1828 até 1844, ano em que a tarifa entra em vigor.

⁹ BELOCH. FAGUNDES. op. cit. p, 49.

organizado em prol da indústria no Rio de Janeiro que tinha por objetivo o protecionismo tarifário que pudesse viabilizar o desenvolvimento dessa indústria”.¹⁰ O conflito dentro da entidade gerou a separação dos homens de livre iniciativa, que fundaram o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (CIFTA). Durante o período imperial, a SAIN prosperou, contudo, com o advento da república, a entidade iniciou uma situação periclitante. Por isso, em 1904, a SAIN funde-se com CIFTA. Sob a presidência de Serzedelo Corrêa, iniciava-se uma nova etapa da industrialização da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo com o surgimento do Centro Industrial do Brasil (CIB).

O CIB surgiu como uma entidade que congregava e representava uma fração de classe de empresários industriais, segundo a historiadora Eulália Lobo:

A partir do desenvolvimento econômico proporcionado pelos lucros da cafeicultura surgia uma pequena burguesia urbana ligada ao comércio, às profissões liberais, às manufaturas e à burocracia. Relativamente pouco desenvolvida, essa classe não se constituiu num grupo de pressão suficientemente forte, capaz de romper com o poder político das oligarquias regionais. Suas aspirações gravitavam em torno de objetivos industrialistas que durante a fase de implantação da república foram parcialmente atendidas.¹¹

Segundo a cientista política Maria Antonieta Leopoldi, o “CIB foi a primeira entidade de caráter permanente de classe da indústria organizada sem qualquer interferência estatal”.¹² Apesar de ser um aparelho privado de hegemonia de fração de classe industrial, sua atividade política foi praticada de forma ambígua, pois parte de seus associados não romperam com o pensamento que pautava o Brasil como um país de “vocação agrícola”. Em 1912, Jorge Street assumiu a presidência do CIB e, para ele, a entidade deveria condenar “tanto os exageros do liberalismo quanto o regime proibitivo da autossuficiência”.¹³

¹⁰ HONORATO, Cezar Teixeira. AZEVEDO, Jussara França de. **Conflito entre a se o fabril e a se o comercial dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional na década de 1870**. X Congresso Brasileiro de História Econ mica e 10^a Conferência Internacional de História das Empresas, Juiz de Fora, 2013. p. 4. CF: AZEVEDO, Jussara França de. **A forma o da Associa o Industrial do Rio de Janeiro em um determinado território: O Rio de Janeiro**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, 2011.

¹¹ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)**. Rio de Janeiro: IBEMEC, 1978. p. 456 e 463.

¹² LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrializa o brasileira as associa es industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 64.

¹³ BELOCH, FAGUNDES. op. cit. 82.

Assim sendo, a cientista política Eli Diniz nos diz que a atuação do CIB teria sido moderada, conciliando em alguns momentos e obtendo vitórias em outros.¹⁴ Esses empresários atuaram em diversas áreas: propuseram leis trabalhistas, ao inserir-se no governo para poder pleitear as medidas que a fração de classe requeria, sobretudo após a greve de 1917; combateram o problema cambial e o livre-cambismo; atuaram a favor do produto similar brasileiro; buscaram reformar impostos que lhes desagradavam; atacaram a conversão fiscal e o problema de pesos e medidas; e, por fim, atuaram no incremento do setor da borracha e estatísticas.¹⁵

Mesmo tendo atuado em diversas frentes, Leopoldi pondera que o CIB, na primeira década de sua existência, seria como:

porta-voz de empresas individuais que, na falta de associações setoriais, recorriam a ele para a solução de problemas, como representantes de setores da indústria do Rio de Janeiro e, principalmente, como a voz da indústria brasileira.¹⁶

A saída de Jorge Street da presidência da entidade cedeu lugar a Francisco de Oliveira Passos, em 1927. Ao final da década de 1920:

O setor industrial já havia alcançado um grau de auto-consciência e de organização suficientes para que sua liderança aparecesse no cenário político nacional como porta-voz do conjunto do setor em contraposição aos demais setores econômicos. Em outros termos, a burguesia industrial já alcançara a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo, para além das distinções internas entre os vários ramos industriais. Entretanto, esta percepção estava ainda restrita ao campo dos interesses econômicos.¹⁷

Com a subida de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, modificou-se a estrutura agremiativa e foi sancionado, no ano seguinte, o Decreto 19.770 de 19 de março de 1931, que regulou a sindicalização das classes patronais e operárias perante o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.¹⁸ O modelo corporativo¹⁹ implementado permitiria ao

¹⁴ DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 227.

¹⁵ DINIZ. op. cit. 229. BELOCH. FAGUNDES. op. cit. 98.

¹⁶ LEOPOLDI. op. cit. p. 68.

¹⁷ DINIZ. op. cit. p. 246.

¹⁸ CARONE. op. cit. p. 116

¹⁹ BOBBIO, Noberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 11ed. Brasília. Universidade Federal de Brasília, 1998. p. 287. “O modelo corporativo se apresenta, pois, como fórmula contraposta ao modelo sindical, que seria o gestor do conflito subjacente à sociedade industrializada ou em vias de desenvolvimento e o transformaria, de quando em quando, em uma eventual relação de força entre trabalho e lucro. O modelo corporativo, pelo contrário, impediria justamente a formação de elementos de conflito, articulando as organizações de categoria em associações entre classes e prefixando normas obrigatórias de conciliação para os dissídios coletivos do trabalho. O modelo corporativo defende a colaboração entre as classes no âmbito das categorias (...) no plano político, o modelo corporativo se apresenta como alternativa do modelo representativo democrático. Preconiza a realização de

governo recrutar técnicos e empresários da fração de classe industrial, com possibilidade de afastar partes não interessadas em discussões que deveriam ser de interesse geral. Em 1931, o CIB deixou de existir e em seu lugar surgiu a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ). Em 1933, foi criado o Centro Industrial do Brasil que teria por finalidade uniformizar a atividade política sindical a nível nacional e este adota também a sigla CIB. Em 1937, o Centro Industrial do Brasil deixou de existir e foi criada em seu lugar a Federação dos Sindicatos das Indústrias do Distrito Federal (FSIDF). Em 1941, a FIRJ deixou de existir e foi criado o Centro Industrial do Rio de Janeiro. Com a mudança do Distrito Federal na década de 1960, foi criada a Federação das Indústrias da Guanabara (FIEGA).²⁰

Entre as décadas de 1930 e 1950, estas entidades atuaram de forma conjunta. O CIRJ servia para se opor às disposições políticas, econômicas, sociais, dentre outras, oriundas do governo ou de outros setores, tais como os trabalhadores. A FSIDF atuou em conformidade com o governo, alertando para irregularidades em leis e outras instâncias em que eram consultados. Atuaram ambas as entidades, a privada e a civil, em defesa da implementação das indústrias de base, pelo protecionismo da indústria, pela reforma fiscal e cambial.

Apesar da fração de classe representada no CIRJ e na FSIDF ter aumentado o seu poderio econômico, este não se revestiu de poder político equivalente. Ao fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945), as entidades apoiaram a candidatura do General Dutra. Vencido o pleito, o governo de Dutra (1946-1951) não contemplou inicialmente as demandas dos industriais. Leopoldi atenta para a atuação do empresariado durante o período, “numa conjuntura como a do governo Dutra, em que o setor industrial não tinha condições de dirigir a política econômica, a saída era pressionar o governo com campanhas, memoriais e contatos pessoais, até obter as políticas almejadas”.²¹ E acrescenta a cientista política Sônia Draibe:

a nova direção política, estabelecida sobre um novo equilíbrio de forças, não contemplou, nos seus termos mais precisos, o projeto de centralização, isto é,

uma democracia orgânica onde o indivíduo não terá valor como entidade numérica, mas como portador de interesses precisos e identificáveis”.

²⁰ CARONE. op. cit. p, 117.

²¹ LEOPOLDI. op. cit. p, 182.

a implantação das indústrias como um bloco complementar de investimentos no departamento de bens de produção.²²

Enquanto esteve na presidência, Dutra tratou de “suprimir aquelas instituições corporativas cuja natureza expressava de modo claro e direto o caráter ditatorial do antigo regime”.²³ A exceção teria sido com a “manutenção da legislação trabalhista e da estrutura sindical corporativa, que correspondiam aos desígnios das classes dominantes de permanente controle do operariado”.²⁴

Em 1954, ascendeu à presidência do CIRJ e da FSIDF um grupo neoliberal capitaneado pelo industrial farmacêutico Zulfo de Freitas Mallmann, que eram “contrários ao intervencionismo estatal na política econômica e simpatizantes com o capital estrangeiro”, internamente “questionaram as atividades de Euvaldo Lodi” posicionando-se contrariamente à antiga política cambial defendida pela entidade e a eficiência dos órgãos estatais, pediam “uma política de aumento da exportação”, além de pedirem “liberdade cambial completa”.²⁵

A década de 1950 trouxe consigo a integração entre desenvolvimento de uma indústria pesada, agricultura mecanizada e desenvolvimento urbano, com intenções de aproximar os interesses econômicos da cidade com o do campo. Segundo Draibe, teria sido superado o fragmentado conjunto de interesses então existentes.²⁶ A exemplo do Plano SALTE²⁷, diversos planos foram concebidos para a industrialização do país, sendo os mais importantes, para o Estado e para burguesia industrial, aqueles que diziam respeito ao petróleo, eletricidade e minérios. Já as vésperas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), os aparelhos estatais encontravam-se aninhados de industriais e de seus representantes. Aponta Leopoldi:

²² DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p, 139.

²³ Ibidem. p, 141.

²⁴ Ibidem. p, 141.

²⁵ LEOPOLDI. op. cit. p, 193. Para Leopoldi o grupo que assume o controle do CIRJ e da FSIDF seria neoliberal por querer uma abertura cambial completa, ou seja, sem nenhum tipo de regulamentação, esta posição seria diferente da geração anterior, capitaneada por Euvaldo Lodi, que buscava proteger as indústrias através de uma política bem delimitada do controle cambial.

²⁶ DRAIBE. op. cit. p, 182 e 183.

²⁷ O Plano SALTE foi uma medida implementada durante o governo do presidente Dutra para modernizar as áreas de saúde, alimentação, transportes e energia. Para mais informações consultar o verbete SALTE em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte>. Posteriormente o Programa de Metas seguiria modelo similar. Conferir verbete Programa de Metas em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-metas>

O núcleo de técnicos atuantes nesses órgãos forma a parte de um seletivo grupo de economistas centrados no Rio de Janeiro, então capital do país. Eles dividiam-se por várias correntes: os nacionalistas, os neoliberais e os defensores do intervencionismo estatal com capital estrangeiro. Estes economistas se distribuem também por organismos governamentais que atuam fora da arena cambial, mas têm voz nas medidas que afetam a industrialização [...] desde então eles se tornaram interlocutores essenciais para a liderança industrial.²⁸

Nos finais da década de 1950 e início de 1960, o país começava a dar sinais de que o sistema estava em crise e múltiplos fatores contribuíram para este fato. A administração paralela²⁹, executada durante o governo de Juscelino Kubitschek, possibilitou um rápido crescimento industrial às custas da condição de trabalho do operariado, do aumento da inflação e, conseqüentemente, do pauperismo. O esgarçamento do tecido social ocorreu por meio de greves e pelas declarações de parte da fração da classe empresarial industrial representada em entidades civis e sindicais contra o governo, contra políticas trabalhistas e contra o “extremismo comunista”.

O sociólogo Octávio Ianni aponta para o esgotamento do modelo getuliano de crescimento industrial.³⁰ A economista Maria da Conceição Tavares entende que o modelo de crescimento industrial adotado pelo país encontrou seu termo em três frentes: desequilíbrio regional, desequilíbrio social e, por fim, pelo desequilíbrio econômico.³¹ Para Dreifuss, a crise seria uma conjugação dos fatores já citados, contribuindo, ainda, para uma crise de autoridade, que se arrastava pelo menos desde 1954.

Medidas restritivas e coercitivas achavam-se na base do que era de fato um regime político autoritário, apesar de ser liderados por civis, e que usava a força cautelosamente. Essas formas patrimoniais e cartoriais de domínio expressavam as tentativas do bloco de poder dominante de desarticular as forças antagonicas por intermédio da absorção de seus líderes e da desagregação de suas bases populares, deixando os líderes alienados da

²⁸ LEOPOLDI. op. cit. p, 214.

²⁹ De acordo com Dreifuss: “Os interesses multinacionais e associados formaram, com a estrutura tecnoburocrática, uma série de “anéis de poder burocrático-empresariais objetivando a articulação de seus próprios interesses. Esses anéis a princípio diminuíram e mais tarde deslocaram a influência dos políticos tradicionais na formulação de diretrizes econômicas. Eles conseguiram promover uma verdadeira ‘administração paralela’ durante o governo de Juscelino Kubitschek, a qual era livre de escrutínio público e do controle populista”. “Na realidade, o papel técnico dos tecnos-empresários abrangia uma função política mais ampla, a de atuar como agentes do poder dentro da administração paralela [...] foi através dos vários escritórios técnicos que o bloco multinacional e associado estabeleceu em sua interação com a administração do Estado os já mencionados anéis burocrático-empresariais. Através desses anéis, o bloco multinacional e associado conseguiu promover seus interesses econômicos concretos e assegurar reformas dentro dos limites do bloco histórico populista existente, flanqueando as estruturas corporativistas associativas”. DREIFUSS. op. cit. p, 73, 84, 106.

³⁰ IANNI. op. cit. p, 70.

³¹ TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de importação ao capital financeiro**. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p, 106 e 107.

sociedade e as suas bases populares sem orientação. [...] As dificuldades foram traduzidas pela crise de autoridade e dissolução do regime presidencialista, pela crise de insubordinação populista e pela ascensão das “massas para si”. Mas, até João Goulart assumir a presidência, foram percebidas somente manifestações “teatrais” do fenômeno.³²

As ações políticas da fração de classe empresarial representada no Centro e na Federação, no começo da década de 1960, bem como em outras entidades, tais como o IPES/IBAD e CONCLAP, portanto, visavam alterar a correlação de força de uma forma que fosse possível para eles obterem ganhos sociais, econômicos e políticos. Sendo assim, buscavam tornar o seu poder político equiparável ao poderio já conquistado na área econômica e financeira.

Elite orgânica e entidades subversivas

Neste tópico, buscamos apresentar nosso entendimento teórico das entidades em estudo e para isso, nos valem de alguns conceitos formulados pelo marxista sardo Antônio Gramsci durante os seus anos de cárcere. Não utilizaremos diretamente os seus famosos Cadernos do Cárcere, mas seus comentaristas brasileiros que buscaram aplicar os conceitos e a teoria gramsciana na realidade nacional brasileira.

Entendemos que as entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, bem como o Conselho Superior das Classes Produtoras, constituem-se como aparelhos privados de hegemonia (APH) e seus agentes como um grupo de intelectuais orgânicos da classe ou sendo representados, de acordo com Dreifuss, como uma elite orgânica.³³

De acordo com a historiadora Virgínia Fontes, a categoria de APH:

tem alcance o suficiente para abrigar as diferentes modalidades organizativas, as tendências diversas que abrigam no âmbito da civil, os conflitos que expressam e seu papel nas lutas de classes e na configuração do Estado capitalista.³⁴

³² Dreifuss. op. cit. p, 136.

³³ O termo elite orgânica que é formulada por Dreifuss deriva diretamente do conceito de intelectuais orgânicos formulado por Gramsci, contudo sua atuação política seria mais destacada que a do mero intelectual isolado, Melo e Hoeverler atentam que: “elite orgânica é assim um momento mais avançado da consciência de classe capitalista [...] ela não é “onipotente” porque qualquer processo político-social é um processo de embate e luta, mas ela sempre tem que pretender ser, porque almeja o poder” MELO, Demian Bezerra de & HOEVELER, Carolina Rejane. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. Revista: **Tempos Históricos**, vol. 18. Paraná, 1º semestre de 2014. Pp 13-43. p, 20.

³⁴ FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. Marx e o Marxismo vol.8, n.14, p. 15-35, janeiro-junho 2020. p, 23.

A autora ainda destaca que os próprios APH são expressões da luta de classes. Para o cientista político Álvaro Bianchi, a luta pela hegemonia é uma luta entre os APH, pois estes “funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundindo-as”.³⁵

Assim como o poder econômico vem do controle e da organização dos meios de produção, o poder político empresarial derivaria diretamente da capacidade de organização dos APH em contato direto ou indireto com aqueles que ocupam os cargos dirigentes de um país, dos que podem organizar a massa, etc. Apesar do termo privado, os especialistas, na teoria marxiana desenvolvida por Gramsci, têm destacado que os APH fazem parte diretamente do Estado.³⁶ É o caso do CIRJ, agraciado em 1943 como órgão consultivo do Estado brasileiro.³⁷

Vitais para o funcionamento dos APH eram os intelectuais orgânicos da classe. Na acepção gramsciana, o intelectual orgânico seria o organizador da vontade coletiva de sua classe, “aquele que tem na prática política o âmbito de sua ação”³⁸. Para Dreifuss, os empresários, conjuntamente com os tecno-empresários e técnicos, oriundos dos mais diversos grupos sociais, quando agrupados em um APH, constituiriam a elite orgânica:

Essa elite de intelectuais orgânicos (doravante denominada elite orgânica do bloco multinacional e associado) passou a constituir uma força social, cônica de que seus ‘próprios interesses corporativos da classe puramente econômica e podem e devem também se tornar interesses de outros grupos subordinados’. Essa é a fase mais genuinamente política e marca a passagem decisiva da estrutura para a esfera da complexa superestrutura; essa é a fase na qual ideologias previamente desenvolvidas se tornam ‘partido’.³⁹

A organização dos APH pela elite orgânica, durante a década de 1960, representava, de um lado, o acirramento da luta de classes e, de outro, uma das tentativas de consolidar a ideologia liberal, livre do intervencionismo estatal da década de 1940 no Brasil. Em outras palavras: “um aparelho serve para criar um novo terreno ideológico, ao afirmar uma reforma filosófica, uma nova consciência de mundo”.⁴⁰ Para Dreifuss, o

³⁵ BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci** Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008. p, 179.

³⁶ CF: HOEVELER, Rejane Carolina. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular** ano 4, n.5, p. 145-159, agosto-dezembro, 2019.

³⁷ CF: BELOCH. FAGUNDES. op. cit. p, 126.

³⁸ CF: MENDONÇA, Sônia Regina. Economia e Política na Historiografia Brasileira. **Antropolítica**, Niterói - EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

³⁹ DREIFUSS. op. cit. 161.

⁴⁰ HOEVELER. op. cit. p, 149.

surgimento dos APH, em finais de 1959 e início da década de 1960, representava “esse momento de homogeneidade, consciência e organização no processo traduziu-se pela formação de uma elite orgânica centrada na frente de ação do complexo IPES/IBAD”⁴¹, e acrescentamos, o CONCLAP.

Sobre o CONCLAP, é importante ressaltar que Dreifuss confunde a atuação política do Conselho das Classes Produtoras de São Paulo, “reavivada em 1955”, com o Conselho das Classes Produtoras, fundado em 1959 na cidade do Rio de Janeiro. Em texto recente, o historiador Renato Lemos esclarece acerca das entidades, respectivamente:

O Conselho [das Classes Produtoras Paulistas] pretendia ser, basicamente, colaborativo. Reuniões com autoridades públicas e a divulgação de memoriais e manifestos seriam os meios adotados em defesa dos interesses empresariais [...] o projeto foi apresentado por Jorge Mattos ao Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro em 8 de julho, dando conhecimento da proposta de “instrumento convencional da nova entidade”. Observe-se que o documento se referia ao CONCLAP como Conselho das Classe Produtoras do Rio de Janeiro [...] algumas premissas ideológicas orientariam a militância política empresarial do CONCLAP. A começar, a de que a luta de classes já seria uma “ideia superada” e empresários e empregados teriam “bandeira comum”: a do desenvolvimento econômico [...] O CONCLAP associava-se, também, à bandeira liberal da defesa da “livre iniciativa” e luta contra a “hipertrofia do Estado” para conservar “a liberdade individual, que é o cerne mesmo de nossas aspirações, desde que o Brasil se formou como nação independente”.⁴²

Ao longo da década de 1960, a fração de classe industrial representada no Centro Industrial do Rio de Janeiro e na Federação das Indústrias do Estado da Guanabara utilizaram-as para angariar fundos e dispor de seus serviços, além de outras resoluções.

CIRJ, FIEGA e CONCLAP: organização política e cooptação de fundos (1960-1964)

Em 1962, o CONCLAP passou por um período de crise. Aos olhos de seus associados parecia que esta entidade estava fadada ao fracasso. Parte do corpo de associados do CIRJ não entendia a motivação e os múltiplos funcionamentos das entidades subversivas. Um de seus principais idealizadores, Jorge Mattos, chegou a propor a sua fusão com o IPES e o motivo seria que o último nasceu com muito mais vigor econômico do que o primeiro. Neste sentido, aparteia a discussão o associado Renato Heinzmann:

⁴¹ DREIFUSS. op. cit. p. 161.

⁴² LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. CONCLAP: Estágio Superior da Militância político-empresarial no Brasil (1959-1964). **História e Luta de Classes**. Ano 17, n. 33, p. 91-105, março, 2022. p. 96, 99 e 100.

Realmente, é indispensável unir forças, porém o CONCLAP deverá ser mantido, embora sem atividade. Isto, entretanto, só poderá ser concretizado, na sua opinião, se o IPES não restringir a participação de outros elementos que não somente empresários e democratas. O Sr. José Rymer é da mesma opinião. Entende que o CONCLAP deve permanecer, pois o IPES foi fundado com o objetivo de angariar recursos para uma finalidade específica e o CONCLAP é um órgão de cúpula, destinado a dar união e diretrizes às várias entidades de classe [...] O Sr. Cecil Davis indaga se o IPES não estará fadado a desaparecer uma vez ultrapassadas as dificuldades que irá enfrentar. O Sr. Jorge Mattos diz que não, principalmente se forem ganhas as eleições no Congresso. Este é, aliás, o objetivo imediato do IPES, ressaltando, ainda, que o momento é de sobrevivência, tornando necessária a conjugação de esforços e a colaboração de todos a fim de que a democracia seja preservada.⁴³

Na reunião do dia 10 de maio, foi lido por Jorge Mattos um documento que propunha o seu fim. Nele é disposto desde a atuação política empregada e para quem deveria se dirigir:

Nasceu o CONCLAP sob a égide de uma necessidade imperiosa e de uma imposição patriótica de união das classes em busca da harmonização do capital e do trabalho. De longa data sentíamos [...] que se tornava inadiável a constituição de um organismo que tivesse por escopo unificar os pronunciamentos e as manifestações das várias entidades representativas das atividades econômicas [...] tivemos realizações importantes, estudos expressivos, trabalhos de maior significação e pronunciamentos que calaram fundo na opinião brasileira, despertando uma nova consciência nas elites do país e criando um permanente estado de alerta contra os inimigos do regime, pela preservação e pelo fortalecimento das instituições democráticas e da paz social [...] manda a verdade que se afirme que estamos, hoje, pior que quando começamos. A dispersão de forças, de formas de trabalho e de aplicação de recursos é ainda, infelizmente, uma constante na vida agremiativa dos homens de produção.⁴⁴

De acordo com o exposto, as atividades da entidade tinham o fito, como já expresso por Lemos, de uma contra revolução preventiva.⁴⁵ Como órgão de cúpula, reuniu os principais industriais do Rio de Janeiro, que falavam pela classe e ainda pelos operários que simpatizavam com o liberalismo e pela livre iniciativa daquele período. Retomaremos agora um pouco de sua atuação política ao longo dos anos 1960, 1961 e 1963, já que o ano de 1962 foi de pouca ou nenhuma atividade.

No que tange ao aspecto de contatos, o CIRJ e a FIEGA sabatinavam, em sequência, aqueles que poderiam contribuir com a causa dos empresários industriais. Em janeiro de 1960, o diretor Hercílio Colaço trouxe ao conhecimento, em reunião da

⁴³ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1962. p, 1 e 2.

⁴⁴ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 10 de maio de 1962. 1 até 6. Grifo nosso.

⁴⁵ LEMOS. op. cit. p, 104.

diretoria do CIRJ, que o ex-deputado Lycurgo Leite fez uma palestra no CONCLAP sobre o monopólio da estiva pelos operários e os seus efeitos sobre a economia nacional e do Rio de Janeiro. O referido diretor não concordava com a palestra do ex-deputado na reunião da diretoria do CIRJ, pois “sua intenção é combater o Legislativo com as mesmas armas usadas pelos que defendem o projeto 850/55”.⁴⁶ Apesar da manifestação contrária, o convite foi feito pela entidade. Ainda naquele ano, em julho, o General Teixeira Lott foi convidado para discursar no CONCLAP, este convite partiu diretamente da diretoria do CIRJ e foi comunicado a todos os diretores que comparecessem.⁴⁷

Outro contato antigo era entre a Escola Superior de Guerra da Praia Vermelha (ESG) e a diretoria do CIRJ. Em abril de 1960, o diretor Jorge Mattos fez considerações na reunião de diretores, atentando para que se buscasse uma maior atuação política. O diretor pediu, então, que fosse desligado do Departamento de Divulgação, pois se encontrava atarefado com o CONCLAP e com as aulas que dava na ESG, ao que todos concordaram, assumindo a cadeira de Diretor-Supervisor do Departamento de Divulgação do CIRJ Edmo Padilha.⁴⁸

Já no ano de 1963, foi informado, em reunião das diretorias do CIRJ e da Federação, sobre um convite feito pelo CONCLAP ao Ministro Celso Furtado para comparecer a uma reunião na Associação Comercial do Rio de Janeiro e, assim, expor o Plano Trienal. O diretor, Renato Heinzemann, “como um dos representantes do CIRJ junto àquele órgão, pede que seja devidamente definida sua posição naquele Conselho”, ao que é traçada a orientação de que “os representantes da Casa somente se limitarão a ouvir a exposição, formular perguntas, colher dados para futuros esclarecimentos, sem, contudo, emitir parecer a respeito”.⁴⁹ O Ministro Celso Furtado deu, ainda, outra palestra sobre o Plano Trienal na Associação dos Empregados do Comércio.⁵⁰ Em março daquele ano, após a palestra, os dados recolhidos foram enviados pelo CONCLAP ao

⁴⁶ Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1960. p. 2.

⁴⁷ Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 19 de julho de 1960. p. 1.

⁴⁸ Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 12 de abril de 1960. p. 2.

⁴⁹ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias da Guanabara, 17 de janeiro de 1963. p. 2.

⁵⁰ Ata da Reunião dos Conselhos de Representantes das Indústrias e Deliberativo do Centro Industrial, 22 de janeiro de 1963. p. 1.

Departamento Econômico e ao Grupo de Estudo e Trabalho para que fossem “analisados os seus diversos aspectos e alertada a Casa, se conveniente for”.⁵¹

Aproximadamente um mês após a visita de Furtado, o presidente do CONCLAP, Nelson Calafate, pediu que todos os associados da entidade, do CIRJ, da FIEGA, bem como as próprias empresas industriais, se dirigissem “a bancada democrata da Guanabara protestando contra a alteração da Constituição no que tange ao direito de propriedade”. A forma de atuação legal contra a reforma constitucional prevista pelo executivo nacional seria o envio de telegramas e memoriais para deputados federais aliados à indústria e para as outras federações e entidades civis.⁵²

O que as Atas mostram acerca do entrosamento entre as entidades subversivas e as congêneres civis é o aspecto da recolha de informação através de múltiplas reuniões de associados com figuras do meio político e militar. Por vezes, mais de uma reunião era feita com a mesma pessoa, em local diferente, para que mais pessoas pudessem ouvir e dissertar sobre as propostas a serem defendidas. Eles faziam uma dupla confirmação das opiniões e pareceres emitidos por seus interlocutores em um esquema de perguntas previamente preparadas pelos órgãos competentes da Casa.

Em 1960, antes, durante e após o período eleitoral para a presidência da República e para a escolha do novo Governador da Guanabara, o CIRJ travou uma campanha em favor dos candidatos que pudessem defender a causa da “livre iniciativa” e da “democracia”. O Sr. Edmo Padilha informa que manteve, desde junho, contatos com elementos dos órgãos de divulgação “para realização de uma ‘Campanha de Alistamento e Esclarecimento Eleitoral’”. A campanha teria um valor inicial de 150 mil cruzeiros até 200 mil cruzeiros, “cabendo uma parte ao Centro e outra ao CONCLAP”.⁵³ No dia 21 de junho, foram apresentados os resultados parciais da Campanha pelo associado e diretor Edmo Padilha. Em 22 de setembro, foi anunciado por Jorge Mattos “a realização do filme “Carta ao Governador Eleito”” que, infelizmente, não conseguimos ter acesso ao conteúdo. Na ata segue-se um louvor e aplausos ao companheiro pelo “excelente trabalho de propaganda política realizada”. Os votos e aplausos são estendidos ao associado, Edmo

⁵¹ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias da Guanabara, 7 de março de 1963. p, 2.

⁵² Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias da Guanabara, 25 de abril de 1963.p, 1.

⁵³ Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 7 de junho de 1960. p, 2 e 3.

Padilha Gonçalves, “pela valiosa colaboração em nome do Centro para o esclarecimento dos eleitores através de cartazes que vêm sendo amplamente divulgado”. Ao que responde o diretor Edmo dizendo que os trabalhos executados “são produto de um grupo de trabalho, constituído de três empresas de publicidade associadas ao Centro e ainda do associado Sérgio Feliciano dos Santos”. Ao todo, nestas campanhas, foram gastos cerca de 200 mil cruzeiros.⁵⁴

Quando Jânio Quadros assumiu a presidência, foi entregue em suas mãos, “em audiência concedida aos representantes do CONCLAP”, um memorial contendo as principais reivindicações das “Classes Produtoras”, ao que é requisitado pelo Presidente uma semana para avaliar a documentação e convocar os industriais. Apesar de não sabermos o conteúdo, na mesma reunião da diretoria foi lido um documento que é dado ao associado do CONCLAP, Jorge Mattos, pelas mãos do próprio Presidente, suas palavras colocam os industriais em alerta:

Em seguida, lê o resumo das palavras do Sr. Presidente sobre a situação do país. A iniciativa privada precisa, mais do que nunca, estar coesa em torno de seus organismos de representações e atuar de forma objetiva em sua própria defesa, diz o Sr. João Monteiro. Compreende perfeitamente, o desanimo do companheiro Jorge Mattos, eis que este tem-se lançado em lutas verdadeiramente heroicas, não encontrando receptividade e apoio, sobretudo financeiro, por parte das empresas particulares.⁵⁵

Em junho, o associado Guilherme Levy fez considerações sobre a arrecadação através de filiação direta de empresas ao CONCLAP, e foi respondido que deveria ser “estimulada a sua manutenção porque está fadada ainda a prestar relevantes serviços às classes produtoras”, pois sua finalidade seria a de:

colher as opiniões de vários setores das classes produtoras e manifestar-se em seu nome, procurando evitar os pronunciamentos isolados e divergentes. Ocorre que o Conselho não tem recursos o suficiente para se manter [...] por isso, não encontrando ressonância o apelo que faz aos seus filiados no sentido de que as contribuições fossem elevadas à um nível que permitisse seu funcionamento normal, deliberou aquele órgão solicitar contribuições das empresas, mesmo porque, quando passou a integra-lo, encontrou ali criada uma comissão chamada Comissão do Bem Comum que era constituída por representantes de empresas, e angariava recursos diretamente destas. O Sr. Victor Bouças pede ao Sr. Presidente a realização de uma reunião especial da diretoria para debater a integração dos diversos órgãos de classe, quando seria nomeada uma comissão para estruturar o assunto [...] o Centro deve continuar dispensando o maior apoio ao CONCLAP. [...] são aprovadas propostas [...] no sentido de que seja vedado ao CONCLAP solicitar contribuições

⁵⁴ Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1960. p. 3 e 4.

⁵⁵ Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 7 de março de 1961. p. 1 e 2. Grifo nosso.

diretamente às empresas [...] no sentido de que o Centro eleve a sua contribuição em favor daquele órgão.⁵⁶

Nesta reunião, foi deliberada uma contribuição de 100 mil cruzeiros, ao passo que, em agosto, passaria para 150 mil cruzeiros mensais. Em setembro, em reunião da diretoria da FIEGA, foi solicitado pelo CONCLAP, para redução de custos, a utilização do Departamento Econômico para estudos financeiros e inflação, ao que foi respondido que o pedido seria atendido dentro das possibilidades de seus técnicos.⁵⁷ Em outubro, foi deliberado que cada associado individual do CONCLAP pagaria a importância igual a efetivada pelo Centro.⁵⁸

Em fevereiro de 1964, foi alertado pelo Sr. Alberto Byington, em nome do CONCLAP:

Sobre a reunião mantida, ontem, com o Presidente da Associação Comercial, ocasião em que foi lembrada a necessidade de ligação mais estreita entre o CIRJ, CONCLAP e aquela entidade para se tomar uma iniciativa contra as invasões dos órgãos governamentais nas áreas da livre iniciativa. Temos que tomar uma atitude defensiva, salienta, e esclarece que o CONCLAP está organizado e preparado para agir nesse sentido. O Sr. Jorge Mattos [...] declarando que, realmente, o CONCLAP pode fazer um trabalho bastante interessante e favorável à livre empresa no Brasil, principalmente se se organizar a mobilização porque isso é importante em todos os setores. O Sr. Kleber Araújo apoia [...] acreditando que, realmente, é preciso se situar dentro do CONCLAP, que é o órgão de cúpula, e que é chegado o momento oportuno para nos organizar e nos defender [...] volta a falar o Sr. Alberto Byington [...] entende que o problema no Brasil não são os comunistas, são os comodistas.⁵⁹

Tanto empenho dos empresários encontrou resultados esperados e inesperados, após a queda do governo de João Goulart. Em reunião das diretorias realizada no dia 23 de abril de 1964, o associado Jorge Mattos relatou que manteve entendimentos com o Sr. João Calmon “o qual se dispõe a insistir no sentido de que as classes [produtoras] ofereçam não um trilhão de cruzeiros, mas dois ou três trilhões de cruzeiros ao governo para que se recupere financeiramente”⁶⁰. Para Mattos, o pedido deveria ser negado devido ao montante. Não encontramos o desdobramento desta discussão nas atas subsequentes.

⁵⁶ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias da Guanabara, 27 de junho de 1963. p. 5 e 6.

⁵⁷ Ata da Reunião da Diretoria da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, 26 de setembro de 1963. p. 1.

⁵⁸ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, 31 de outubro de 1963. p. 2.

⁵⁹ Ata da Reunião Conjunta dos Conselhos de Representantes da Federação das Indústrias e Deliberativo do Centro Industrial, 25 de fevereiro de 1964. Grifo nosso.

⁶⁰ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias da Federação das Indústrias e do Centro Industrial, 23 de abril de 1964. p. 1.

Com a deflagração do golpe empresarial-militar, o CONCLAP foi desativado e os empresários se voltaram para suas áreas de expertise.

Considerações finais

Ao longo deste texto apresentamos as entidades de atividade política, social e financeira de fração de classe industrial do Rio de Janeiro representada no CIRJ e na FIEGA. Remontamos suas experiências na arena política para expor algumas de suas áreas de atuação preferenciais e assim indiciar seus respectivos interesses.

Em 1954, assumiu a presidência das organizações um novo grupo que buscou agir de forma política diferente de seus antecessores. Para equacionar a grave crise que abalou o país em finais de 1959 e para os anos de 1960 e 1961, a fração de classe industrial representada politicamente no CIRJ e na FIEGA tratou de organizar e fundar entidades de cunho subversivas, ou seja, que fizessem a situação política, econômica e social ficar a seu favor.

Assim sendo, foi fundado o CONCLAP, um órgão de cúpula que visava reunir industriais e simpatizantes de um projeto liberal, industrialista e contra os comunistas, os comodistas, os ditos políticos populistas e demagógicos, e os trabalhadores que buscavam uma melhor condição de vida. Sua ação ocorreria em diversos espaços, nas dependências das entidades em estudo, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, entre outras citadas ou não. O intuito era o de aproximar personalidades políticas, intelectuais e militares e assim traçar um plano pró ou contra o governo, a favor dos interesses políticos, econômicos e sociais dos representados no CONCLAP.

Os encontros promovidos sondavam os convidados por uma dupla sabatina, sendo as perguntas formuladas e enviadas previamente ao visitante. Posteriormente eram preparados, pelas seções competentes do CIRJ, FIEGA ou do próprio CONCLAP, trabalhos, estudos, memorandos e toda uma gama de atividade de propaganda política endereçados às autoridades competentes, aos trabalhadores, e a quem necessitasse cooptar.

Para levar a cabo suas movimentações políticas, a fração de classe industrial investiu recursos financeiros de seu próprio bolso, além de utilizar das caixas das entidades privada e civil. Conforme o CONCLAP crescia, divergências surgiam na forma

de arrecadação, eram emitidos recibos de pagamentos mensais aos associados e as verbas para trabalhos extras, em caráter de emergência, não eram contabilizadas.

Por fim, é importante salientar que se o golpe empresarial-militar de 1964 foi majoritariamente militar, o desgaste político, econômico e social que o antecedeu, ou seja, todo o seu arranjo, foi provocado por organizações como a do CONCLAP que buscava esgarçar o tecido social acirrando a luta de classes.

Bibliografia

AZEVEDO, Jussara França de. **A formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro em um determinado território: O Rio de Janeiro**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, 2011.

BARRETO, Patrícia R. C. Uma associação de homens e ideias para o progresso do Brasil. **Anais do 13º Seminário de Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo, 2012.

BELOCH, Israel. FAGUNDES, Laura Reis (coords). **Sistema FIRJAN: a história dos 170 anos de representação industrial no Rio de Janeiro, 1827-1997**. Rio de Janeiro: Memória Brasil Projetos Culturais, 1997

BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci** Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.

BOBBIO, Noberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 11ed. Brasília. Universidade Federal de Brasília, 1998.

CARONE, Edgard. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro (1827-1977)**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. **Revista Mundos do Trabalho**. Santa Catarina, vol. 4, n.8, p. 204-229, julho-dezembro de 2012.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o Marxismo**, Niterói, vol.8, n.14, p. 15-35, janeiro-junho 2020.

HOVELER, Rejane Carolina. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular** São Paulo, ano 4, n.5, p. 145-159, agosto-dezembro, 2019.

HONORATO, Cezar Teixeira. AZEVEDO, Jussara França de. Conflito entre a seção fabril e a seção comercial dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional na

década de 1870. **X Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História das Empresas**, Juiz de Fora, 2013.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 3e. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. CONCLAP: Estágio Superior da Militância político-empresarial no Brasil (1959-1964). **História e Luta de Classes**. Ano 17, n. 33, p. 91-105, março, 2022.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrialização brasileira** as associações industriais, política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)**. Rio de Janeiro: IBEMEC, 1978.

MELO, Demian Bezerra de & HOEVELER, Carolina Rejane. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. Revista: **Tempos Históricos**, vol, 18. Paraná, 1º semestre de 2014. Pp 13-43.

MENDONÇA, Sônia Regina. Economia e Política na Historiografia Brasileira. **Antropolítica**, Niterói - EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

MOTTA, Marly. **Rio de Janeiro: De cidade-Capital a Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p, 158 até 170.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de importação ao capital financeiro**. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.